

**José Domingues Filho**

Graduado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE/Bauru-SP. Pós-graduado lato sensu em Direito Processual Civil pela Unigran. Juiz do TJMS, titular da 6ª Vara Cível da Comarca de Dourados-MS. Ex-delegado de Polícia (SSPMS), ex-advogado (OABSP e MS) e ex-professor de Direito Processual Civil na Esmagis (MS) e Unigran.

**AÇÃO DE  
EMBARGOS  
DE TERCEIRO  
preventiva e repressiva**

ISBN: 978-85-9487-055-1

Autor  
José Domingues Filho

Capa e Diagramação  
Aline Vieira Pipino de Freitas

Revisão  
Camila Machado Cândido de Paula Ribeiro

Revisão Geral  
Mario do Carmo Ricalde

Domingues Filho, José.

Ações de Embargos de Terceiro; / José Domingues Filho. 1ª ed.  
Campo Grande: Contemplar, 2019.

1. Direito. 2. Direito Civil.

I. Título.

CDD: 340

CDU: 342.1453

**Fechamento desta edição: 22.02.2019**

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à

  
EDITORA  
*Contemplar*

Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideu.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: [contato@editoracontemplar.com.br](mailto:contato@editoracontemplar.com.br)

site: [www.editoracontemplar.com.br](http://www.editoracontemplar.com.br)

# SUMÁRIO

---

1. NOÇÕES BÁSICAS .....	19
1.1. Limite da atividade judicial constitutiva .....	19
1.2. Conceito de embargo(s) .....	21
1.3. Conceptivo de terceiro .....	21
1.4. Terceiro embargante .....	23
1.5. Concepção de embargos de terceiro .....	24
1.6. Hipóteses de cabimento .....	25
1.7. Divisão dos embargos de terceiro conforme a proximidade da constrição .....	26
1.8. Fungibilidade dos embargos de terceiro .....	27
1.9. Diferença entre intervenção de terceiros e embargos de terceiro ....	30
1.10. Diferença entre oposição e embargos de terceiro .....	32
1.11. Natureza Jurídica dos embargos de terceiro .....	32
2. CONTRIBUTOS PROCESSUAIS BÁSICOS .....	37
2.1. Requisitos de viabilidade concessiva dos embargos de terceiro ...	37
2.2. Propositura e registro da ação de embargos de terceiro .....	40
2.3. Critério para determinação de competência .....	41
2.4. Distribuição por dependência .....	42
2.5. Vênia para o cônjuge ou convivente estar em juízo .....	44
2.6. Distribuição por acessoriedade .....	46
2.7. Distribuição e competência na ação embargos de terceiro .....	47
2.8. Embargos de terceiro em carta precatória .....	49
3. COORDENADAS DO PRAZO MATERIAL PARA <i>OPPOSIZIONE</i> <i>DI TERZO</i> .....	53
3.1. Prazo para interposição dos embargos de terceiro .....	53
3.2. Flexibilização do termo inicial do prazo de oposição dos embargos .....	54

3.3. Transfiguração dos embargos de terceiro intempestivos .....	56
3.4. Caráter do prazo de propositura dos embargos de terceiro.....	57
3.5. Contagem do prazo decadencial para o exercício da ação .....	61
3.6. Prorrogação do último dia do prazo para ajuizamento.....	63
3.7. Existência de plantão judicial no vencimento.....	66
3.8. Efeito da consumação do prazo decadencial dos embargos de terceiro.....	67
3.9. Termo inicial do prazo para o terceiro intimado <i>ex officio</i> embargar .....	69
3.10. Termo final do prazo para embargos de terceiro em penhora <i>on line</i> .....	71
4. COOPERAÇÃO ENTRE SUJEITOS DO PROCESSO .....	73
4.1. Sujeitos do processo .....	73
4.2. Cooperação dos sujeitos do processo .....	74
4.3. Vetores do princípio da cooperação.....	75
4.4. Ponto de partida do processo cooperativo .....	76
4.5. Comportamento processual conforme a boa-fé .....	76
4.6. Distinção entre boa-fé objetiva e subjetiva .....	78
4.7. Boa-fé objetiva no direito processual civil .....	80
4.8. Deveres decorrentes do princípio da cooperação.....	81
4.9. Intimação para o Parquet intervir em ações cíveis.....	82
4.10. Ministério Público como sujeito passivo nos embargos de terceiro.....	84
5. PETIÇÃO INICIAL À PRIMEIRA VISTA.....	87
5.1. Valia da descrição do(s) fato(s) na petição inicial .....	87
5.2. Propositura da ação e encaminhamento da relação processual....	90
5.3. Particularidades do contato do juiz com a petição inicial .....	91
5.4. Ordem analítica sugerida pela lógica processual.....	93
5.5. Primeiro pressuposto processual subjetivo a examinar .....	95
6. DEFINIÇÃO PROBATÓRIA COMPARTILHADA .....	101

6.1. Atividade das partes no campo probatório .....	101
6.2. Delimitação consensual das questões de fato e de direito .....	102
6.3. Compartilhamento na determinação dos pontos controvertidos da lide .....	102
6.4. Princípio da comunhão da prova.....	103
6.5. Eleição conjunta das provas.....	104
6.6. Carga probante.....	105
6.7. Meio de solucionar dúvida entre o ônus de provar e o mínimo verossímil .....	106
<b>7. DESPESAS NATURAIS DA AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO..</b>	<b>109</b>
7.1. Adiantamento de custas processuais na distribuição dos embargos.....	109
7.2. Competência para legislar e isentar custas dos serviços forenses.....	110
7.3. Ônus de antecipação de despesas judiciais .....	111
7.4. Dever de ressarcimento das despesas antecipadas pelo vencedor.....	113
7.5. Dispensa de adiantamento de despesas por gratuidade da justiça .....	114
7.6. Critério de concessão do benefício da gratuidade .....	114
7.7. Adiantamento dos honorários do perito.....	115
7.8. Responsável pelo adiantamento dos honorários periciais .....	115
7.9. Responsável pelo adiantamento dos honorários do perito em caso de gratuidade e inversão do ônus da prova.....	115
7.10. Adiantamento das despesas periciais pelo Estado .....	116
7.11. Princípios da sucumbência e da causalidade em despesas e honorários.....	116
7.12. Honorários advocatícios nos embargos de terceiro .....	119
<b>8. MAIS PRESSUPOSTOS E CONDIÇÕES DA AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO .....</b>	<b>121</b>
8.1. Pressupostos processuais e condições da ação comuns .....	121
8.2. Pressupostos processuais de existência e validade .....	122

8.3. Pressupostos processuais subjetivos.....	123
8.4. Pressupostos processuais objetivos .....	126
8.5. Condições gerais da ação .....	131
8.6. Detalhe da <i>legitimatio ad causam</i> nos embargos de terceiro.....	133
8.7. Interesse de agir via embargos de terceiro .....	136
8.8. Efeitos do juízo negativo de admissibilidade.....	137
9. DO DESPACHO À DECISÃO LIMINAR DOS EMBARGOS DE TERCEIRO SOB OU SEM CAUÇÃO.....	141
9.1. Indeferimento da petição inicial .....	141
9.2. Delineadores da regência dos embargos de terceiro .....	142
9.3. Especializantes da petição inicial dos embargos de terceiro .....	143
9.4. Suspensão das medidas constritivas .....	144
9.5. Citação do embargado .....	146
9.6. Liminar nos embargos de terceiro .....	147
9.7. Concessão de liminar condicionada à caução .....	149
9.8. Dispensa de caução .....	151
9.9. Dispensa de caução ao beneficiário da justiça gratuita .....	152
9.10. Dispensa de a fazenda pública caucionar.....	156
9.11. Idoneidade da caução .....	157
10. DA RESPOSTA AO TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS ..	159
10.1. Prazo para resposta do embargado .....	159
10.2. Audiência previa de justificação da posse: relação analógica ...	160
10.3. Reconvenção nos embargos de terceiro.....	162
10.4. Bases limitativas da contestação nos embargos de terceiro....	165
10.5. Revelia nos embargos de terceiro.....	166
10.6. Passagem dos embargos <i>di terzo</i> para o procedimento comum.....	168
10.7. Ônus da prova .....	171
10.8. Pertinência e utilidade da prova .....	173
10.9. Réplica à contestação dos embargos .....	174

10.10. Organização consensual do processo .....	176
10.11. Sessão de conciliação ou mediação na fase especial .....	178
10.12. Audiência de justificação nos embargos de terceiro .....	179
10.13. Característicos da sentença de mérito nos embargos <i>di terzo</i> .....	182
10.14. Causalidade na determinação dos ônus sucumbenciais dos embargos.....	184
11. DOS RECURSOS, DA COISA JULGADA E DA EXECUTIVIDADE NA <i>OPPOSIZIONE DI TERZO</i> .....	187
11.1. Vetores recursais .....	187
11.2. Efeito do recebimento da apelação nos embargos de terceiro....	190
11.3. Efeito suspensivo no agravo de instrumento .....	192
11.4. Eficácia da decisão recorrida.....	194
11.5. Coisa julgada .....	195
11.6. Cumprimento da sentença de embargos.....	197
12. <i>OPPOSIZIONE DI TERZO</i> CONFORME DEFENDA O DOMÍNIO E/OU A POSSE OU GARANTIA REAL.....	199
12.1. Cenário dos embargos de terceiro .....	199
12.2. Embargos de terceiro: bem de família.....	200
12.3. Embargos de terceiro próprios de cônjuge ou de companheiro..	202
12.4. Possibilidade de o proprietário fiduciário embargar de terceiro..	204
12.5. Embargos de terceiro em desconsideração da personalidade jurídica .....	206
12.6. Embargos de terceiro compromissário.....	209
12.7. Embargos de terceiro herdeiro .....	210
12.8. Embargos de terceiro adquirente de bem alienado em fraude à execução .....	212
12.9. Embargos de terceiro confinante nas ações de divisão e demarcação .....	216
12.10. Embargos de terceiro adquirente de unidade habitacional ....	217
12.11. Embargos de terceiro em multipropriedade imobiliária ( <i>time-sharing</i> ).....	218

12.12. Embargos de terceiro com garantia real .....	219
12.13. Embargos de terceiro em ação de despejo.....	222
13. <i>OPPOSIZIONE DI TERZO</i> EM APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA.....	225
13.1. Aplicação do CPC em processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos.....	225
13.2. Principais espécies de lacuna e distinção entre aplicação supletiva e subsidiária .....	226
13.3. Integração do CPC com a lei eleitoral.....	227
13.4. Integração da processual civil com a CLT.....	228
13.5. Requisitos para aplicação subsidiária do direito processual comum ao processo do trabalho .....	228
13.6. Incompletude do microssistema processual trabalhista .....	229
13.7. Embargos de terceiro no juízo do trabalhista.....	230
13.8. Impropriedade dos embargos de terceiro em processo administrativo .....	232
13.9. Aplicação supletiva e subsidiária do CPC no processo penal..	234
13.10. Embargos de terceiro no juízo criminal .....	234
13.11. Embargos de terceiro em procedimento de juizado especial ...	238
13.12. Identidade procedimental dos embargos <i>di terzo</i> preventivo e repressivo .....	239
BIBLIOGRAFIA.....	241